

A VOZ DA REVOLUÇÃO



Nº 6

ÓRGÃO OFICIAL DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)

NOV.—DEZ. 1971



Comunicado de Guerra

CABO DELGADO

O inimigo está a tentar subverter as nossas zonas. Ele envia agentes disfarçados como combatentes da FRELIMO para aterrorizar o povo. Alguns destes traidores foram apanhados pela FRELIMO e apresentados ao povo, em reuniões públicas onde confessavam a sua missão de agentes do inimigo. O fracasso desta nova manobra do inimigo é inevitável, pois o povo sabe muito bem que o que caracteriza os militantes da FRELIMO e os diferencia do inimigo não é o uniforme, mas sim o comportamento, a sua atitude em relação ao povo.

A ofensiva da FRELIMO em Cabo Delgado continua, visando desalojar a tropa portuguesa dos poucos postos em que, embora isolados, eles ainda se mantêm; e ao mesmo tempo visando estender as zonas de guerra. Em resultado da ofensiva da FRELIMO, os portugueses foram obri-

gados a abandonar outro posto importante, o posto de Ng'angolo, no dia 1 de Setembro, que tinha uma guarnição de cerca de 180 soldados. Isto eleva para 7 o número de postos abandonados pelo inimigo durante os últimos meses, só na Província de Cabo Delgado. Outro sucesso importante foi alcançado pelos nossos combatentes quando 3 helicópteros que desembarcavam tropas em Muidumbe, na zona de Mepo, foram atingidos pelos nossos obuses de morteiro. Os dois helicópteros começaram a deitar fumo; conseguiram levantar voo mas caíram antes de chegarem ao campo de aviação.

Durante o período entre Julho e Outubro, os nossos camaradas em Cabo Delgado atacaram os postos de Namatili (5 vezes), Ng'angolo (8 vezes), Lhipende, Pundarrhar, Nangololo, Ntadola e Nangade. Cerca de 50 soldados inimigos foram mortos nestes ataques, e muitas armas capturadas.

1971: ANO DE GRANDES VITÓRIAS

Dissemos no princípio do ano de 1971 que embora o dia da independência esteja ainda longe, cada dia que passa ele está mais perto. O resultado do nosso trabalho no ano de 1971, que acaba de findar, comprova absolutamente aquela afirmação. 1971 foi um ano de grandes vitórias, que nos aproximaram mais da nossa meta — a independência nacional.

Senão, vejamos o que realizámos no plano nacional, e qual o desenvolvimento da situação no plano internacional.

No plano nacional, 1971 foi o ano em que, tendo os nossos combatentes atravessado o rio Zambeze que os colonialistas consideravam uma "barreira intransponível", a luta armada cobriu toda a província de Tete. Durante este ano naquelá Província matámos mais de 1200 soldados portugueses, abatemos 2 aviões e 2 helicópteros, afundámos 14 barcos no rio Zambeze, destruímos 225 carros, sabotámos 11 pontes, atacámos e destruímos total ou parcialmente 26 postos, destruímos 6 combóios. Estes números por si só, são suficientes para nos indicarem o nível de desenvolvimento da luta em Tete. E paralelamente fomos consolidando as zonas libertadas, construindo mais escolas e centros médios, aumentando a produção, criando em nossa melhores condições de vida para o nosso povo. Desesperados pelos nossos sucessos, os colonialistas pediram reforço às tropas Rodesianas. Estas vieram mas foram recebidas pelas nossas minas e emboscadas, sofrendo logo vários mortos e feridos ainda mesmo na fronteira. Vendo que nada podiam contra os guerrilheiros, os portugueses e Rodesianos viraram-se contra as populações indefesas, massacrando o povo na esperança de que este, com medo, iria deixar de apoiar a FRELIMO. Mas pelo contrário, esses massacres aumentaram o ódio do povo que passou a apoiar-nos ainda mais.

Nas Províncias de Cabo Delgado e Niassa o avanço e consolidação das zonas liber-

(continua na pág. 5)

ANGOLA: aspectos da luta de libertação



O Dr. Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, explica à FRELIMO os sucessos e problemas do MPLA.

P. Camarada Neto, pode descrever-nos a situação da luta em Angola, com acento nos seguintes pontos: ritmo de desenvolvimento, número de Províncias em luta, extensão do território já controlado pelo MPLA, total da população já libertada.

R. É com imenso prazer que me dirijo aos camaradas da FRELIMO para informar sobre a situação em Angola. O nosso movimento, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), está a desenvolver a luta actualmente em 10 Distritos, que se encontram principalmente no Norte e a Oriente do País. Angola tem 16 Distritos — até há pouco tempo tinha 15 mas os Portugueses dividiram o Distrito de Huíle em 2, formando um outro Distrito, Cunene. Os Distritos em luta incluem Cuanza Norte, Huíle, Zaire, Malange, Luanda, Moçico, Cuando-Cubango e Bié. Em consequência da luta a ocupação portuguesa mostra-se cada vez mais difícil de manter, a situação dos colonos cada dia que passa torna-se mais precária. Tivemos dificuldades até ao início do ano passado, principalmente dificuldades logísticas, mas este ano a situação melhorou bastante. Os colonialistas têm sido desalojados de várias posições, a nossa estrutura militar aperfeiçoou-se, a disciplina dentro da Organização consolidou-se e o nível de produção para as populações e para a guerrilha também melhorou bastante. Evidentemente que

ainda temos defeitos, esses defeitos provêm essencialmente de certas deficiências que se verificam ao nível dos Comités de Acção, que são os órgãos de poder popular encarregados de gerir a vida administrativa das populações, velar pela produção, pela instalação de escolas, instalação de serviços médicos, etc. Ao nível dos Comités de Acção que ainda não estão aptos, que ainda não têm o hábito de administrar, existem certas deficiências, mas nós consideramos que é uma conquista de grande valor para o nosso povo a existência desse poder popular, os Comités de Acção eleitos democraticamente e que democraticamente gerem os assuntos do povo. Nas zonas sob o controle do MPLA a população é de cerca de 1 milhão de habitantes. Mas é preciso notar que parte desta população emigrou para os países vizinhos — Congo-Brazaville, Congo-Kinshasa e Zambia, fugindo às dificuldades da guerra.

P. Qual é a importância que o MPLA atribui à reconstrução nacional, porquê, e quais os resultados obtidos neste campo?

R. A reconstrução nacional é um dos factores fundamentais da nossa revolução, nós estamos saindo da noite colonialista para o dia da independência, estamos a sair das formas tradicionais de organização social para estruturar uma sociedade moderna e para acabar completamente

com a exploração do homem pelo homem. Reconstruir o país não significa no nosso entender apenas construir edifícios ou estradas, mas é principalmente modificar a mentalidade do homem, de maneira a que ele se considere um homem digno, um homem útil à sua sociedade, e é principalmente a esse aspecto que temos dedicado a maior atenção, organizando os Centros de Instrução Revolucionária, utilizando os nossos activistas políticos e os comissários políticos que trabalham com as populações e com as guerrilhas. Temos por exemplo a forma de organização tradicional com os chefes autoritários, ditadores que dispõem de todo o poder. Essa estrutura foi até certo ponto desfeita pelo colonialismo, que manteve os sobas e sobetas apenas na medida em que isso era útil para a cobrança dos impostos e para o recrutamento para o trabalho forçado. Ainda temos a forma de organização tribal, diferenças entre grupos étnicos que, se não se guerreiam entre si, mantêm contudo uma certa rivalidade e certa concorrência na vida social. E quando o MPLA quer mostrar o caminho para a organização de uma Nação única de todo o povo, é necessário fazer um esforço grande para que toda a gente compreenda que estamos integrados numa unidade política que não pode ser fragmentada. Em segundo lugar a nossa sociedade é ainda bastante atrasada, práti-

camente sem indústrias, vivendo apenas o dia a dia. Durante muito tempo estivemos cortados do resto do mundo: os colonialistas criaram essa situação para mais facilmente nos poderem dominar. Portanto, para nós podemos progredir temos de elevar o nível da educação e da consciência política do nosso povo, e inculcar a ideia de Nação em cada Angolano. O problema da educação é fundamental para nós, pois a percentagem de analfabetos no nosso país — por causa dos colonialistas — é de mais de 90 por cento. Só depois de a nossa guerra de libertação começar, em 1961, os colonialistas começaram a construir apressadamente escolas para convencerem o mundo de que estavam a desenvolver o nosso país. Mas essas escolas não são para o nosso povo, e somos nós, o MPLA, que tem de fundar a educação para o povo. Abrimos já muitas escolas primárias, desde o ano passado temos a funcionar uma escola secundária e pouco a pouco vamos introduzindo a instrução técnica, a preparação profissional para os nossos jovens. Este é um dos aspectos da reconstrução que requer a nossa maior atenção, isto é, a consciencialização do homem, a formação de homens conscientes da necessidade de defender aquilo que estamos ganhando à custa do nosso sangue — a independência. Depois da Independência haverá naturalmente ainda muito que trabalhar para que o nosso país se transforme num Estado moderno, será necessário manter um alto grau de mobilização revolucionária de todo o povo para realizar as tarefas principais do desenvolvimento do país, para defender as conquistas da luta actual e construir melhores condições.

Do ponto de vista material, é evidente que reconstruir significa instalar indústrias, aumentar a extensão das áreas cultivadas, preparar tecnicamente os operários para novas tarefas, organizar a administração das populações, ter uma máquina organizativa bem montada para poder dirigir toda a Luta. Mas sublinho mais uma vez que para nós o essencial é a reconstrução do homem pelo próprio homem, que é o factor fundamental da nossa revolução.

P. A acção do inimigo em Moçambique tem sido orientada no sentido de "ganhar" as populações das províncias em luta, por 3 métodos: a) repressão brutal para as intimidar, b) sua concentração em campos estratégicos e c) promessas de certos privilégios e benefícios designadamente no campo político e económico. Qual é a orientação fundamental da acção do inimigo em Angola, em relação às populações?

R. Em relação às populações o inimigo utiliza em Angola exactamente as mesmas táticas e visa os mesmos fins estratégicos que em Moçambique. Ultimamente ele tem intensificado em Angola as tentativas

de corrupção das populações, oferecendo-lhes condições de vida melhores, dando-lhes lugares mais altos na administração pública, e procurando desenvolver no nosso povo a ideia de que mais cedo ou mais tarde Portugal há-de sair de Angola e haverá autonomia. Todos nós conhecemos o significado da lei de Marcelo Caetano que — diz ele — pretende modificar a constituição Portuguesa no sentido de haver grande autonomia para as colónias. O inimigo está assim a usar a corrupção moral e material. Outro método por ele usado é a repressão violentíssima. Mas devemos notar aqui uma certa diferença em relação ao início da guerra. No princípio os portugueses arrazavam, matavam, praticavam a política de terra queimada indiscriminadamente. Hoje eles procuram primeiro aproveitar aquilo que lhes possa servir — por exemplo, se fazem um ataque perto de uma povoação, eles não vão arasar imediatamente essa povoação: primeiro prendem algumas pessoas, levam outras para as aldeias estratégicas e só depois agem e agem então com grande violência, praticando barbaridades, matando aqueles que se mostram patriotas firmes e que não cedem aos métodos de corrupção que eles utilizam. A outra parte da população que foi levada para as aldeias estratégicas destina-se a ser usada mais tarde contra as forças patrióticas. Alguns combatentes nossos, depois de sofrerem este processo de corrupção, traíram a Organização e deram informações ao inimigo, não só sobre a localização das bases, mas também sobre a própria estrutura da Organização. Felizmente isto não acontece frequentemente, mas é preciso estarmos prevenidos e tomarmos todas as precauções. Um facto encorajador neste campo é o comportamento das populações das aldeias estratégicas, a que o nosso povo chama "Ndandandas". Os portugueses vêm-se impossibilitados de manter essas aldeias estratégicas durante muito tempo, em parte pelo crescimento do espírito patriótico entre o povo, e em parte porque não têm meios de vida para as alimentar. O inimigo está embaraçado, por não sabe como alimentar a população que reuniu à volta dos quartéis e cuja função é proteger esses quartéis. O nosso povo, nas áreas libertadas, anda muito mais bem vestido e bem alimentado do que o povo que se encontra nas "Ndandandas", o qual tem de vir aos nossos campos para poder ter alguma mandioca ou caçar. Podemos ver assim que há uma grande similitude de situações em Angola e Moçambique, que se estende também à própria atitude dos respectivos povos manifestada pela firme determinação de obterem a liberdade.

P. O inimigo abandonou recentemente em Moçambique vários postos de grande importância estratégica. Embora a retra-

da tenha sido forçada pelo nosso cerco e consequente isolamento desses postos, não há dúvida de que os portugueses podiam continuar lá, abastecidos pelo ar, como vinham fazendo. Ouvimos dos camaradas do MPLA que o inimigo se retirou também de vários postos em Angola. Nós atribuímos várias intenções ao inimigo ao fazer isso — por ex. pode ter em vista uma política de terra queimada. Como é que os quadros do MPLA interpretam essa retirada do inimigo, à luz da vossa experiência?

R. É certo que nos últimos tempos, e principalmente desde o início deste ano, os portugueses têm abandonado alguns quartéis. A razão é que esses quartéis estavam a ser constantemente atacados pelas nossas forças. Os soldados inimigos passavam a maior parte da sua vida nos abrigos. O passar todo o tempo encolhido no abrigo como um bicho, a impossibilidade de sair por causa do cerco, a incerteza da vida dentro do quartel, a iminência constante dum ataque, são factores que demoralizam, que cansam, que desequilibram os nervos do soldado de maneira que ele mais tarde vai ter de ceder. É muito possível que o abandono de certos postos pelo inimigo, em Angola e Moçambique, tenha certos fins estratégicos, mas não há dúvida de que representa uma derrota para o nosso inimigo comum, que é obrigado a deixar nas nossas mãos partes importantes do nosso país. O inimigo não poderá refazer-se do recuo que empreendeu — porque as consequências psicológicas da retirada são enormes, assim como as consequências materiais. Será difícil para eles justificarem junto do seu povo as perdas que sofreram nesses quartéis; será difícil dizerem aos seus soldados que voltem para essas posições; será muito mais difícil para nós convencermos-nos de que não somos capazes de derrotar o inimigo, que já está em fuga.

P. Os colonialistas portugueses intensificaram nos últimos tempos o uso de herbicidas contra as zonas controladas pelo MPLA. Corresponderá isto a uma nova fase da guerra, uma medida desesperada do governo português — à semelhança dos Americanos no Vietnam?

R. A utilização de herbicidas pelos portugueses começou em 1962, na frente Norte. Nos Distritos de Cuanza Norte e Luanda os herbicidas foram muito utilizados desde 1962-1964, especialmente para destruir a mandioca. Mas foi agora em 1970 que essa acção se intensificou: vastas áreas na região Oriental foram afectadas, o que representa um grande dano, porque a mandioca, que é a base da alimentação, foi destruída, e não se pode fazer uma nova cultura de mandioca em pouco tempo. Creio que os colonialistas portugueses, ao utilizarem esta tática, pensam que, criando mais dificuldades ao

povo, esse povo ir-se-á entregar a eles para poder viver melhor. Esse é o principal objectivo da utilização dos herbicidas: isolar o povo do guerrilheiro. Mas os colonialistas, nos seus planos, não contam com certos factores. Não contam com a determinação do povo de lutar até à independência, sejam quais forem as condições. Não contam com a decisão dos dirigentes da nossa Organização de tudo fazer para que não haja falta de alimentação para o povo das áreas afectadas. Os colonialistas não contam também com a solidariedade internacional, que jogou um papel fundamental. Sobre este último ponto, devo frisar que vários países do mundo nos ofereceram alimentação para fazer face à acção dos portugueses, e isto constitui uma nova vitória para o nosso movimento e para todos os movimentos de libertação, e um golpe bastante duro na política portuguesa. Quando os portugueses pensavam estar a retirar-nos os meios para o desenvolvimento das guerrilhas nas áreas onde já não têm controle, verificou-se que, pelo contrário, esses meios melhoram graças à solidariedade internacional.

Esta atitude do mundo encoraja-nos a defender com toda a força a nossa posição expressa na Conferência da Roma no ano passado, que é a personalização política, a adopção de uma personalidade política para as regiões libertadas dos países que estão em luta. Nós pensamos que as áreas libertadas já têm uma estruturação suficiente para serem consideradas como países em vias de desenvolvimento nas relações com os diferentes partidos e organizações, têm direito a estabelecer relações internacionais normalmente, como qualquer outro país sub-desenvolvido.

P. O MPLA enfrentou no passado grandes dificuldades no plano internacional, criadas pelas forças imperialistas que tentavam desvirtuar o sentido da Revolução

Angolana. Mas o MPLA soube vencer essas dificuldades, desenvolver a luta, construir a Angola livre que hoje conhecemos e restabelecer a sua posição no plano internacional. Qual é a razão fundamental, o que é que explica a vitória do MPLA apesar de todas as dificuldades?

R. Agradeço a pergunta que é formulada de maneira a poder dar-me ocasião de explicar alguns dos fenómenos que se passam em Angola, mas que também, por outro lado, revela a alta compreensão que os camaradas da FRELIMO têm pela luta que se está a desenvolver em Angola. Nós tivemos que enfrentar muitas dificuldades, como aliás todas as organizações mais cedo ou mais tarde, causadas pelos imperialistas. Desde 4 de Fevereiro de 1961, quando desencadeámos a nossa luta armada de libertação, os imperialistas começaram a agir de maneira a destruir a nossa organização. Já anteriormente havia acção dos imperialistas, revelada pela criação de vários grupos e consequente fragmentação e ineficácia das forças patrióticas. Com o começo da guerra formou-se aquela aberração de organização que existe em Kinshasa e que se denomina U.P.A. União das Populações de Angola. O seu objectivo fundamental foi sempre o de liquidar o MPLA. Não podemos esquecer os 8 mil mortos em resultado da guerra fratricida provocada pela U.P.A., dirigida pelo Holden Roberto, um homem que toda a gente conhece como um agente dos americanos completamente vendido aos imperialistas. Quando abrimos a frente de Cabinda, apareceu outro grupo contra-revolucionário dirigido por Alexandre Tati, um indivíduo que tinha sido também membro da U.P.A. Quando em 1966 abrimos a frente do Leste, o mesmo fenómeno repetiu-se: um antigo membro da U.P.A., Jonas Savimbi, veio para o Leste para formar um grupo contra-revolucionário com vista a

liquidar o nosso movimento. Todos estes exemplos mostram que os imperialistas tentaram sempre destruir a nossa organização, pagando aos seus agentes para formarem grupos tribais que se opusessem ao MPLA. Nós conseguimos vencer esses grupos tribais pela orientação justa da nossa organização defendendo sempre a Unidade Nacional, desprezando na medida do possível essas forças contra-revolucionárias, dirigindo o combate principal contra o colonialismo português e o imperialismo, fazendo com que as populações se dedicassem à luta pela independência e não à luta fratricida, e fazendo também com que no plano internacional se compreendesse o que se passa. Tivemos grandes dificuldades com o reconhecimento pela Organização da Unidade Africana dum chamado Governo Angolano no exílio. A O.U.A. cometeu um erro tremendo ao reconhecer esse chamado GRAE, um erro que agora foi corrigido ao retirar o reconhecimento, mas que prejudicou imenso a causa do povo Angolano durante vários anos. A O.U.A. tem ainda o dever de retirar completamente o reconhecimento à U.P.A., que é uma organização contra-revolucionária dirigida pelos Americanos e que existe no Congo-Kinshasa simplesmente com o objectivo de liquidar os militantes do MPLA. De facto, podemos dizer que todas as nossas dificuldades derivam da acção do imperialismo. Nunca tivemos nenhum problema no plano interno que não fosse um reflexo das dificuldades no plano internacional.

Em conclusão, quero salientar que o nosso movimento fez imensos progressos nos últimos anos e fará tudo o que for necessário para eliminar os efeitos da contra-revolução; liquidar as ervas daninhas que nascem nos campos que nós estamos a construir e fazer com que o nosso povo possa viver numa Angola realmente independente e democrática.



Guerrilheiros do M.P.L.A. em marcha para um combate

As nossas emboscadas e operações de sabotagem foram particularmente intensas nas zonas de Namatihi, Mueda, Diaca, Mocimboa da Praia, Ng'apa, Inhankome e Ancuabe, e resultaram em cerca de 200 soldados inimigos mortos e 27 carros destruídos.

NIASSA

No passado mês de Outubro os colonialistas portugueses tentaram uma ofensiva na Província do Niassa. Para aproveitar o fim da estação seca, eles desembarcaram tropas de helicópteros nas regiões de Macalongo, Metangula e Mwembe, particularmente nas zonas de Caloloma, Chissindo, Chitope e Chityale. O desembarque teve lugar nos dias 14 e 17 de Outubro. O inimigo esteve na nossa zona durante 17 dias, durante os quais foi constantemente atacado pela nossa artilharia, infantaria e unidades de sabotagem. No dia 30 a tropa portuguesa foi forçada a retirar-se depois de sofrer 60 mortos, 13 carros explodidos, 1 campo destruído e outro danificado, e 3 pontes sabotadas.

O campo destruído situa-se entre Nova Coimbra e Metangula, e o seu objectivo era controlar o campo de concentração de Laine. O outro campo, que foi parcialmente destruído, estava situado em Mbandeze, entre Vila Cabral e Manjamba.

TETE

Durante os meses de Julho a Setembro, os guerrilheiros da FRELIMO atacaram os postos de Caprita, Chipera, Cachomba, Franquito, Chitolo, Madambe e Cateme. O ataque mais importante foi no dia 24 de Setembro, véspera do nosso Dia Nacional, contra o posto de Chipera. Estavam estacionadas nesse posto mais de 2 companhias. Em resultado do ataque, 19 das casas do posto foram destruídas. Os outros ataques causaram também muitos estragos ao inimigo, e grande número de mortos e feridos. Além disso, o inimigo foi obrigado a abandonar mais de 2 postos: Chintunkula e Cussalala, assim como algumas estradas importantes.

Sabotagens e emboscadas

Os guerrilheiros da FRELIMO realizaram três operações de sabotagem e duas emboscadas na estrada principal que liga Moçambique com a Rodésia e o Malawi: em 11 de Setembro, na região de Capirizanje, foi destruído um camião; em 14 de Setembro em Madambe, outro camião foi destruído; no mesmo dia, 14 de Setembro, um carro foi pelos ares com uma mina na região de Canchocho; em 15 de Setembro, em Nyang'oma, 2 soldados foram mortos e 2 feridos por minas; no dia 21 de Setembro, uma emboscada

em Nyang'oma resultou na destruição de 2 carros e 9 soldados mortos.

Outras operações de sabotagem e emboscadas de Julho a Setembro causaram a destruição de 70 carros e 220 soldados mortos. Estas acções tiveram lugar em Uncanha, Fingoe, Chalimbane, Mague, Chicoa, Estima, Tete, Mucunga, Angónia, Moatize, Mustarara, Mfidzi, Casula, Furancungo, Vila Gamito, Nyimbe e Zobuê. Cortámos também a importante linha férrea entre a Beira e Moatize, quando destruímos a ponte sobre o rio Minjoma. Outras duas pontes foram igualmente destruídas: sobre o rio Canfidzi na estrada Tete-Casula; e sobre o rio Dumbo, entre os postos de Zobuê e Mughunda.

Emboscadas no rio Zambeze

Em resultado das nossas constantes acções de sabotagem nas estradas, o inimigo viu-se forçado a usar o rio Zambeze como via de comunicação, para abastecer os seus postos de Zumbo, Mague e Canverre. Desta forma, os barcos inimigos tornaram-se alvo fácil para as nossas forças: no dia 15 de Setembro um barco foi emboscado e afundado quando seguia de Cachombo para Mague. No dia 20 de Setembro, outra emboscada provocou a destruição de mais um barco que seguia de Nhenda para Chicoa, tendo morrido todos os soldados que nele seguiam.

Em Outubro, os guerrilheiros da FRELIMO atacaram 4 postos importantes: Chankuno, no dia 3; 3 casas foram destruídas e 15 soldados mortos, Jailoo, no dia 24; o posto foi parcialmente destruído, Mulumba, no dia 28; o edifício principal e várias tendas foram destruídas.

Um avião e dois helicópteros abatidos

No dia 17 de Setembro 2 aviões bombardearam as zonas de Bwanda e Khakilamo. Como voassem muito baixo, um deles foi atingido pelo fogo das nossas armas e esmagou-se no chão. Dos destroços, os nossos camaradas retiraram 2 metralhadoras e várias peças para identificação.

No dia 8 de Julho, um helicóptero foi abatido na área de Cahora Bassa. Depois de atingido, tentou voar até ao posto de Estima mas caiu antes de lá chegar.

Em 15 de Outubro uma força inimiga composta de aviões de reconhecimento, bombardeiros e helicópteros entrou na nossa zona em Muchena, perto do rio Rovubwe. Essa força tinha como missão localizar e atacar as nossas bases. Os guerrilheiros abriram fogo e abateram um helicóptero. Os outros helicópteros apoiados pelos bombardeiros, conseguiram aterrar: os soldados portugueses deitaram gasolina no helicóptero destruído, incendiaram-no e fugiram da nossa zona.

tadas prossegue também. Mecanhetas, no extremo sul da Província do Niassa, é hoje zona de guerra aberta. O rio Montpezue foi há muito atravessado pelos nossos camaradas em Cabo Delgado. Em Cabo Delgado durante o ano de 1971 matámos mais de 1.300 soldados inimigos, destruímos 178 carros, destruímos 3 pontes e 16 postos e acampamentos, abatemos 2 aviões 2 helicópteros, e forçamos o inimigo a abandonar mais 7 postos. No Niassa, no mesmo período, matámos cerca de 250 soldados, destruímos 49 carros, destruímos 11 pontes, atacámos e abatemos 7 postos e acampamentos, abatemos 1 helicóptero e destruímos 5 comboios.

Nas zonas ainda controladas pelo inimigo nas cidades e no campo, a FRELIMO desenvolve o trabalho clandestino cada vez com mais força.

Outro sinal importante da consolidação das nossas regiões foi a visita de grande número de jornalistas e cineastas estrangeiros. Um total de 22 visitantes das mais diversas nacionalidades — americanos, soviéticos, chineses, suecos, tanzanianos, finlandeses estiveram em Moçambique livre no ano de 1971, nas três províncias de Tete, Cabo Delgado e Niassa. É evidente que tais visitas não seriam possíveis se o nosso controle das regiões libertadas não fosse completo.

No plano internacional a situação evoluiu também favoravelmente para nós. A maior parte dos países Africanos toma posições favoráveis à nossa causa e aumenta o seu apoio à nossa luta. Os países socialistas da Europa e da Ásia manifestam também uma compreensão cada vez maior das nossas necessidades materiais e aumentam o seu auxílio, ao mesmo tempo que reafirmam e praticam o apoio político. Nas Nações Unidas só um punhado de países ultra-reaccionários como os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a França e outros semelhantes apoiam ainda o colonialismo português; constantemente são aprovadas resoluções, naquela organização internacional que, por maioria esmagadora, condenam a política colonial de Portugal. Nos países capitalistas as forças progressistas reforçam-se em oposição à política pro-colonial dos seus governos, e fornecem-nos apoio material e moral considerável. A própria Igreja católica, aliada tradicional do colonialismo português, está cada vez mais ao nosso lado: um dos acontecimentos muito positivos de 1971 foi a saída dos Padres Brancos de Moçambique, os quais dessa maneira mostraram a sua condenação da política portuguesa de opressão e exploração do nosso povo. Vemos assim que, como dissemos no princípio, o ano de 1971 foi um ano de importantes vitórias na nossa luta. Mas nós podemos dormir sobre estas vitórias; é preciso ir mais longe no ano de 1972.

" NÓS VIMOS A UNIDADE DO POVO "



Acolhimento caloroso em Moçambique aos estudantes Tanzanianos (5ª e 6ª da direita)

«Aprendemos muito durante a nossa visita. Por exemplo, não compreendíamos como é que a FRELIMO podia dizer que tinha regiões libertadas quando havia ainda postos portugueses nessas regiões. A explicação (sabemos agora) é simples: esses postos portugueses não podem mover-se. Passámos por alguns desses postos. Quando nos aproximámos ouvimos tiros, como se se estivesse a travar um combate. Mas os camaradas da FRELIMO explicaram-nos que eram os soldados do posto que estavam a disparar para o mato, para "afugentarem" os guerrilheiros. Eles estão sempre a disparar, porque estão cheios de medo.

"Mas a prova real de que essas regiões estão de facto libertadas encontra-se na vida normal que o povo leva e nas diferentes actividades que realiza, dirigido pela FRELIMO. Quando nos deslocávamos de uma zona para outra, encontrávamos constantemente povo que levava os seus produtos para as cooperativas da FRELIMO. Por vezes havia mais de 1.000 pessoas em movimento. Pudemos ver a vida comercial em acção — uma característica interessante é que o dinheiro não é usado nas transacções — os produtos são trocados por produtos. Visitámos orfanatos onde a FRELIMO cuida das crianças cujos pais foram mortos pelos colonialistas ou estão em missão noutra zona. As crianças crescem aqui dentro dos princípios revolucionários da FRELIMO, completamente livres da mentalidade colonial — capitalista. Estivemos nas escolas, onde os alunos estudam com as armas ao lado. Cantámos e dançámos danças e canções tradicionais de diferentes partes de Mo-

Dois estudantes Tanzanianos, A. Ipyana e P. Mangula, visitaram Cabo Delgado em Setembro, como representantes da Liga da Juventude da TANU. Transcrevemos parte do seu relatório sobre a visita:

çambique, em que todos os estudantes participam. Os estudantes, eles próprios vêm de diferentes Províncias e este é apenas um exemplo da unidade que a FRELIMO alcançou já: uma unidade material em que todo o povo participa na luta contra o opressor, e uma unidade ideológica, em que todos são orientados pelos mesmos princípios populares e revolucionários. Vimos hospitais onde os feridos são tratados e onde se realizam pequenas operações cirúrgicas. Estivemos em centros onde os inaptos, que não podem participar directamente na luta armada, dão a sua contribuição à luta participando na produção agrícola ou artesanal. Visitámos cooperativas de escultores, onde as famosas esculturas Makonde são feitas. Vimos em suma, que o povo está organizado sob a direcção da FRELIMO e vive em completa liberdade, trabalhando e produzindo para ele próprio, decidindo do seu destino.

"Vimos também sinais da brutalidade portuguesa. Aldeias abandonadas pelas populações depois de as casas terem sido destruídas por bombardeamentos. Campos de produção queimados com Napalm. Falámos com 20 pessoas que fugiram recentemente de campo de concentração, chamado "aldeamento". Contaram-nos a humilhação e brutalidade que o povo nestes aldeamentos sofre, da parte dos soldados portugueses, e que leva muitos patriotas a fugirem para a FRELIMO, mesmo com risco de serem mortos se forem apanhados.

"Vimos também provas da política justa e humana da FRELIMO. Dois acontecimentos recentes: um caçador português foi apanhado por uma patrulha da FRELIMO. Os guerrilheiros limitaram-se a confiscar a sua arma e libertaram-no. Vimos essa arma, e tomámos nota das suas marcas de identificação: «Coaswell and Harrison Ltd, London 168 Piccadilly». Um outro caçador português foi preso por uma patrulha da FRELIMO depois de matar um elefante. Os guerrilheiros levaram a arma e os dentes do elefante, e avisaram o caçador de que não devia destruir as riquezas naturais de Moçambique, que pertencem ao povo moçambicano. E o caçador foi posto em liberdade.

"Mas a lição principal que aprendemos da nossa visita a Moçambique foi que, apesar das muitas dificuldades, o povo moçambicano está determinado a conquistar a sua independência, a lutar até a vitória final. E que a FRELIMO, guia do povo, é orientada por princípios correctos, populares e revolucionários».

"DAS MAIS BELAS EXPERIENCIAS DAS NOSSAS VIDAS"

«Em Novembro de 1971 tivemos a oportunidade de visitar as áreas libertadas de Cabo Delgado. A nossa missão era produzir programas para a Televisão Sueca, para assim mostrar, com imagens, a realidade do Moçambique livre. O nosso interesse principal estava centrado nos aspectos Sociais — como é que a nova sociedade está a ser criada, enquanto a luta de libertação prossegue. A nossa visita durou 2 semanas, durante as quais vimos com os nossos olhos como é que a FRELIMO administra o seu território, e confirmámos a ausência completa dos portugueses. Visitámos centros administrativos, bases militares, povoações, escolas, hospitais, infantários, cooperativas. Em toda a parte encontramos o povo consciente dos objectivos da sua guerra: destruir o colonialismo português, e, talvez mais importante ainda, criar novas condições de vida que sejam a base de uma sociedade onde reinem a igualdade, a humanidade e o progresso — coisas que os portugueses negam aos Moçambicanos há centenas de anos.

Apesar das condições difíceis da guerra, não encontramos em nenhum sítio sinais de medo, ou hesitação, ou divisão entre a população. Pelo contrário, a situação de guerra em Moçambique criou uma unidade firme e determinação forte entre o povo. Nós vimos que a luta da FRELIMO é a luta de todo o povo Moçambicano.

Em 1969 visitámos a cidade da Beira, na parte de Moçambique ainda controlada pelos portugueses, para filmarmos um programa para a Televisão Sueca sobre a estrutura colonial. Fomos expulsos do país 4 dias depois, logo que a Fide descobriu o nosso objectivo. Mas nesses 4 dias tivemos tempo de ver com os nossos próprios olhos a opressão e humilhação sob que vive o povo Moçambicano. Essa foi uma experiência muito triste para nós.

Agora, acabamos de visitar a parte libertada de Moçambique. Foi uma das experiências mais belas das nossas vidas. Seguiremos com simpatia e solidariedade o desenvolvimento da nova sociedade Moçambicana, e esperamos poder regressar um dia a Moçambique livre.»

Lennart Malmer
Ingela Romare
Maria Romare



Estas fotos mostram os cineastas e fotógrafos suecos em diversas fases do seu trabalho em Cabo Delgado.



OS "ESTADOS" DO CAETANO

Na sua campanha de manobras para enganar os nossos povos e o mundo, o governo Português decidiu dar às colónias de Moçambique e Angola a designação de "Estados", passando os Governadores-Gerais a ter o posto equivalente a Ministros de Estado.

Esta medida tem 2 objectivos: por um lado enganar o mundo, fazendo crer aos países e forças anti-colonialistas que Portugal está gradualmente a dar a independência ou pelo menos a autonomia às colónias; e assim, estas forças anti-colonialistas já não terão razão ou base para lutarem contra Portugal. Por outro lado, com esta manobra o governo Português quer enganar o nosso próprio povo, desmobilizar o povo, fazendo-lhe pensar que a independência está a caminho. A FRELIMO e o MPLA de Angola estão a desenvolver uma actividade forte para explicar ao mundo o significado real destes "Estados", a intenção e objectivos dos colonialistas. Quanto ao nosso povo, ele não se deixa enganar porque na prática não sentirá nenhuma mudança — a mesma opressão, exploração e humilhação continuam como sempre. E mesmo que houvesse qualquer melhora na situação económica e social, o nosso povo compreende já que isso seriam só manobras para nos desmobilizar; e que a luta deve continuar até a nossa Independência Total — até que seja o próprio povo moçambicano a decidir do seu destino, sem receber ordens de Portugal ou de qualquer outro país.

O INIMIGO

JÁ NÃO PODE ESCONDER

Os comunicados de guerra publicados nos jornais portugueses informam que, durante o período entre Junho e Outubro de 1971, as forças portuguesas sofreram as seguintes baixas:

Moçambique	144
Angola	107
Guiné	73

Claro que estes números publicados pelos portugueses, estão muito longe da verdade pois o número real de mortos que eles sofreram é muito superior. Mas o facto de serem os próprios portugueses a admitirem que sofreram 144 mortos em 4 meses, em Moçambique, é já muito significativo — principalmente depois de o Kábilza ter declarado que já tinha "liquidado" as nossas forças.

AS NAÇÕES UNIDAS CONDENAM PORTUGAL

A Assembleia Geral das Nações Unidas, numa resolução aprovada no dia 11 de Dezembro de 1971, recomendou ao Conselho de Segurança que tome as medidas necessárias para forçar Portugal a conceder a Independência às suas colónias. 105 países votaram a favor desta resolução. Em particular, a Assembleia Geral condenou "a guerra colonial que Portugal desencadeou contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné", e condenou também "os bombardeamentos indiscriminados de populações civis, e a destruição brutal de povoações e propriedade, levadas a cabo pelas forças portuguesas em colaboração com a África do Sul e a Rodésia."

SUL-AFRICANOS FOGEM COM MEDO DA FRELIMO

Uma companhia mineira da África do Sul, COMOCMIN, revelou que tinha retirado os seus trabalhadores de certas áreas de Tete, por considerar que as autoridades portuguesas não são capazes de garantir a segurança desses homens. A Companhia tem a sua sede em Moatize, a cerca de 20 Kms de Tete. Quando a FRELIMO começou a operar naquela área, e emboçou um carro que levava trabalhadores sul-africanos e minou as estradas, esses trabalhadores, com medo, exigiram que a Companhia os tirasse dali.

TRABALHADORES HOLANDESES TOMAM POSIÇÃO

Três Federações de Sindicatos da Holanda exigiram do governo Holandês que vote contra a admissão de Portugal na Comunidade Económica Europeia enquanto o governo português continuar a oprimir e explorar o seu povo e os povos das colónias.

O IMPERIALISMO AMERICANO E O COLONIALISMO PORTUGUES

O apoio do imperialismo ao fascismo e colonialismo português entrou numa nova fase. Vendo que a luta dos povos das colónias portuguesas está a desenvolver-se cada vez mais, ameaçando fortemente os interesses imperialistas em Moçambique, Angola e Guiné, os imperialistas de todo o mundo tentaram socorrer Portugal.

O caso mais recente é o dos Estados Unidos da América, que até aqui tentava camuflar a sua ajuda ao colonialismo, mas que agora, num gesto que mostra bem o seu desespero, decidiu que não valia a pena esconder mais a sua posição (já conhecida de todos) e anunciou publicamente que vai fornecer ao governo português 436 milhões de dólares (mais de 12.200.000 contos).

Este acto só vem confirmar que o governo norte-americano está entre os maiores inimigos do povo moçambicano e de todos os povos que lutam pela liberdade e pela justiça. Quanto a essa ajuda ela não vai servir de nada a Portugal; a nossa determinação e o apoio enorme que recebemos dos países socialistas e de todas as forças progressistas do mundo, asseguram de modo inevitável a nossa vitória final.

INFORMAÇÕES

E

COMENTÁRIOS

A LUTA EM PORTUGAL

As forças democráticas portuguesas passaram à ofensiva armada em Portugal, atacando instalações militares responsáveis pela continuação do fascismo e colonialismo português. As acções mais recentes realizadas pela ARA (Acção Revolucionária Armada) e pelas Brigadas Revolucionárias, foram:

Dia 27 de Outubro de 1971 — sabotagem com bombas, contra o Quartel-General da NATO perto de Lisboa.

Dia 8 de Novembro — atentado contra as instalações de outra base militar da NATO, na Caparica.

Dia 12 de Novembro — destruição, com explosivos, de uma bateria de canhões a 10 Kms de Lisboa.

Dia 17 de Novembro — sabotagem do próprio Quartel-General das Forças Armadas Portuguesas em Lisboa, que ardeu e ficou meio-destruído.

A luta dos patriotas anti-colonialistas portugueses, aliada à luta dos povos das colónias, está já a provocar a queda do regime colonial — fascista de Caetano.